

Mutilação Genital Feminina

Análise dos casos registados na PDS/RSE- PP 2014 - 2017

2018



Mutilação Genital Feminina

Análise dos casos registados na PDS/RSE- PP 2014-2017

FICHA TÉCNICA

Portugal. Ministério da Saúde. Direção-Geral da Saúde.

Mutilação Genital Feminina.

Lisboa: Direção-Geral da Saúde, 2018.

ISBN: 978-972-675-282-0

PALAVRAS-CHAVE: Mutilação Genital Feminina; MGF; Corte Genital.

EDITOR

Direção-Geral da Saúde

Alameda D. Afonso Henriques, 45 1049-005 Lisboa

Tel.: 218 430 500

Fax: 218 430 530

E-mail: geral@dgs.min-saude.pt

www.dgs.pt

AUTOR

Divisão de Saúde Sexual, Reprodutiva, Infantil e Juvenil

Divisão de Estatísticas da Saúde e Monitorização

Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS)

Lisboa, setembro, 2018

Índice

Resumo em Linguagem Clara.....	2
Summary in Plain Language	2
Considerações Prévias ou Sumário Executivo	2
Capítulo I.....	3
Metodologia.....	3
Capítulo II.....	4
Resultados.....	4
Capítulo III	8
Discussão	8
Referências bibliográficas	10

Índice de gráficos

Gráfico 1 - PAÍS ONDE FOI REALIZADA A MUTILAÇÃO	4
Gráfico 2 - TIPO DE MUTILAÇÃO REGISTADA	5
Gráfico 3 - IDADE DE REALIZAÇÃO DA MGF.....	6
Gráfico 4 - DISTRIBUIÇÃO DO TIPO E FREQUÊNCIA DAS COMPLICAÇÕES	7

RESUMO EM LINGUAGEM CLARA

O que é este documento?

Relatório sobre o fenómeno da mutilação genital feminina em Portugal

O que consta do documento?

Análise descritiva dos registos de mutilação genital feminina obtidos entre 2014-2017 a partir plataforma de Registo de Saúde Eletrónico - Portal do Profissional (RSE- PP)

Quais são as principais conclusões?

- Entre abril de 2014 e dezembro de 2017 foram efetuados 237 registos de Mutilação Genital feminina na plataforma RSE- PP
- A idade média da realização da mutilação foi os 7,1 anos, maioritariamente na Guiné-Bissau e Guiné Conacri. Não foram registados casos durante a estadia da família em território português.

O que se quer atingir em 2020?

- Melhorar o conhecimento do fenómeno da Mutilação Genital Feminina em Portugal
- Promover estratégias eficazes de combate à mutilação genital feminina

SUMMARY IN PLAIN LANGUAGE

What is this document?

Report on the phenomenon of female genital mutilation in Portugal

What can I find in this document?

Data analysis of registered cases on female genital mutilation in the Electronic Health Record between 2014 and 2017

What are the main conclusions?

- Between April 2014 and December 2017, there were 237 female genital mutilation registers in the Electronic Health Record platform
- The average age of execution of the mutilation was 7.1 years old and mainly carried out in Guinea-Bissau and Guinea. No cases occurred during the family's stay in Portuguese territory.

What do we aim for 2020?

- To improve knowledge of the phenomenon of Female Genital Mutilation in Portugal
- To promote effective strategies against female genital mutilation

CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS OU SUMÁRIO EXECUTIVO

A prática da Mutilação Genital Feminina (MGF) constitui uma grave violação dos direitos das meninas e das mulheres. A Lei n.º 83/2015, de 5 de agosto, introduziu a trigésima oitava alteração ao Código Penal autonomizando o crime de mutilação genital feminina e criando os crimes de perseguição e casamento forçado. Alterou também os crimes de violação, coação sexual e importunação sexual, em cumprimento do disposto na Convenção de Istambul que Portugal ratificou.

A regular análise, publicação e atualização de dados sobre este tema permite um conhecimento cada vez mais aproximado da realidade deste fenómeno em Portugal, importante para melhorar o apoio às mulheres e meninas submetidas à prática ou que estão em risco de o ser. Pode ainda contribuir para adequar estratégias nacionais ou locais de combate à MGF.

Foram já realizados estudos de estimativa de meninas em risco de mutilação genital feminina na União Europeia (EIGE, 2015) e de avaliação de prevalências de MGF em Portugal relativamente às meninas, raparigas e mulheres vitimizadas ou em risco (FCSH-UNL, 2015).

Na área da saúde foi criada em 2012 a Plataforma de Dados da Saúde (PDS) disponível para registar dados do processo clínico de cada utente. Com a introdução de um separador específico para o registo da situação de mutilação genital feminina nesta plataforma, disponível a partir de 2013, tornou-se possível conhecer as características destas mulheres. Em Junho de 2018 esta plataforma web passou a designar-se “Registo de Saúde Eletrónico - Portal do Profissional” (RSE- PP). Concomitantemente têm sido realizadas nos últimos anos, formações com o objetivo de capacitar os profissionais para diagnosticar e efetuar registos no processo clínico dos dados observados.

Os dados referentes aos registos no RSE- PP entre 2014 e 2015, foram publicados na Informação nº 02/2016 de 18/3/2016. O presente relatório tem como objetivo analisar os dados acumulados de MGF registados na plataforma RSE- PP desde o seu início em 2014 (PDS), até Dez 2017.

Agradece-se:

À equipa que criou e ao longo do tempo foi trabalhando e integrando alterações no sentido de tornar mais operacional esta forma de registo;

Aos formadores e formandos das ações de formação dirigidas aos profissionais de saúde;

A todos os profissionais de saúde que mantêm o interesse por esta problemática e que introduziram registos na plataforma;

A todas as mulheres que permitiram o seu registo e que por isso contribuem para o conhecimento desta realidade. Conhecimento que encerra em si compromisso para a sua eliminação nas novas gerações.

Relatório: Mutilação Genital Feminina.
2018
Análise dos casos registados na RSE- PP 2014 - 2017
Direção-Geral da Saúde

CAPITULO I

Metodologia

A Registo de Saúde Eletrónico - Portal do Profissional é uma plataforma *web* que permite o registo e a partilha de informação entre as diversas instituições do Serviço Nacional de Saúde. Foi criada em 2012 pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS).

O acesso a esta plataforma efetua-se através dos sistemas de informação de registo clínico ou diretamente no RSE- PP. Os dados são extraídos a partir do número de utente, não sendo por isso possível a duplicação de registos. Desta base de informação clínica é possível extrair de forma anonimizada, para fins estatísticos, o conjunto de dados constantes do registo, a nível nacional e num determinado momento, sendo garantida a privacidade a cada mulher.

Para os dados clínicos da mutilação genital feminina foi criado um separador individualizado onde é possível registar, para cada mulher submetida ao corte, as seguintes variáveis: idade atual, data de registo, instituição onde é introduzido o registo, tipo de mutilação (tipo 1; 2; 3; 4)¹, idade e país em que foi realizada a mutilação, se foi realizada durante a estadia em Portugal (sim/não), âmbito em que a mulher foi observada (consulta; internamento; gravidez; puerpério), se foi dado conhecimento à utente do enquadramento legal (sim/não), se e quais as complicações associadas (uro-ginecológicas; sexuais; obstétricas; psicológicas).

A produção do inquérito foi trabalhada ao longo de 2012 numa parceria entre a Direção-Geral da saúde (Divisão de Saúde Sexual, Reprodutiva, Infantil e Juvenil) e a SPMS (Equipa de Projeto da RSE- PP). O inquérito passou a estar disponível na Plataforma de Dados de Saúde (RSE- PP) em 2013.

Os dados em análise foram extraídos da base nacional de forma anonimizada em 6 de janeiro de 2018.

¹ **Classificação OMS:** Tipo 1 - Remoção parcial ou total do clítoris e / ou do prepúcio (clitoridectomia); Tipo 2 - Remoção parcial ou total do clítoris e dos pequenos lábios, com ou sem excisão dos grandes lábios; Tipo 3 - Estreitamento do orifício vaginal através da criação de uma membrana selante, pelo corte e aposição dos pequenos lábios e/ou dos grandes lábios, com ou sem excisão do clítoris (infibulação); Tipo 4 - Atos não classificados: todas as outras intervenções nefastas sobre os órgãos genitais femininos por razões não médicas, por exemplo: punção/picar, perfuração, incisão, corte, escarificação e cauterização.

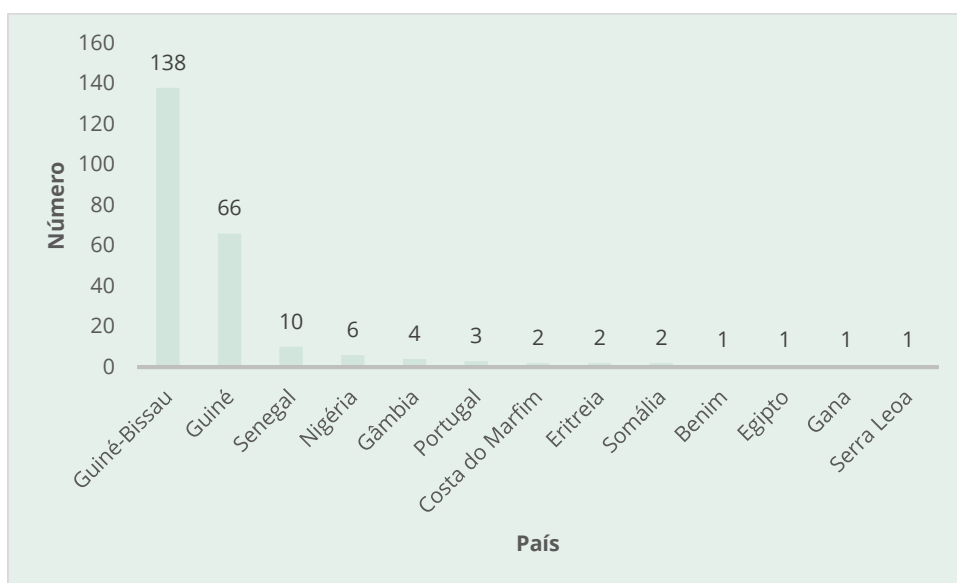
CAPITULO II

Resultados

Entre abril de 2014 e dezembro de 2017 foram registados 237 casos de mutilação genital feminina. Todos os registos foram introduzidos por unidades da Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo. A média de idades atual destas mulheres é de 31 anos, variando entre os 14 e os 64 anos.

No gráfico 1 pode observar-se a distribuição pelos países mais frequentemente referidos como local onde foi praticada a mutilação. Existe uma predominância de casos realizados na Guiné-Bissau e na Guiné Conacri.

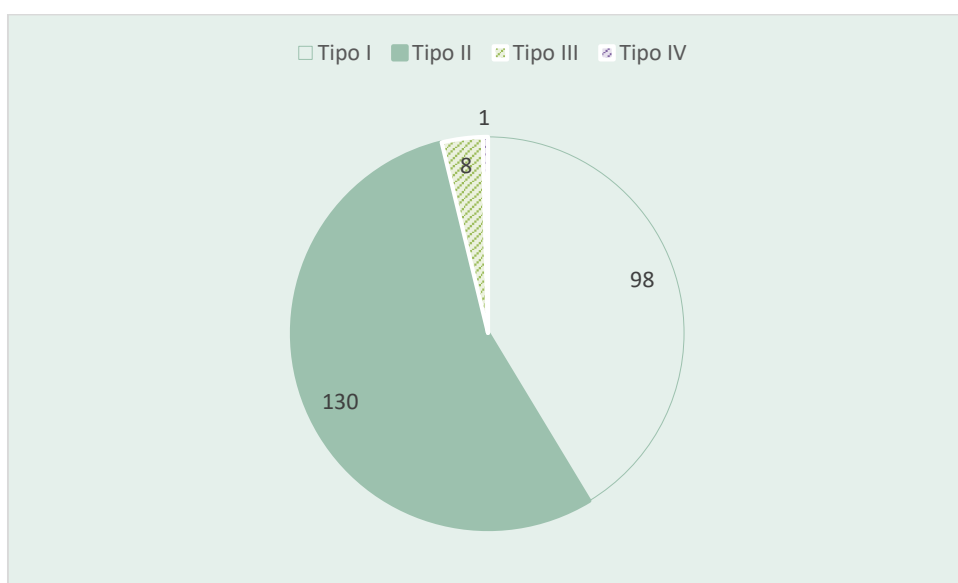
GRÁFICO 1 - PAÍS ONDE FOI REALIZADA A MUTILAÇÃO



Fonte: RSE- PP/2017

Nos casos registados, as mulheres foram maioritariamente submetidas a mutilações do tipo II e tipo I. Há um registo de mutilação tipo IV (gráfico 2).

GRÁFICO 2 - TIPO DE MUTILAÇÃO REGISTADA



Fonte: RSE- PP/2017

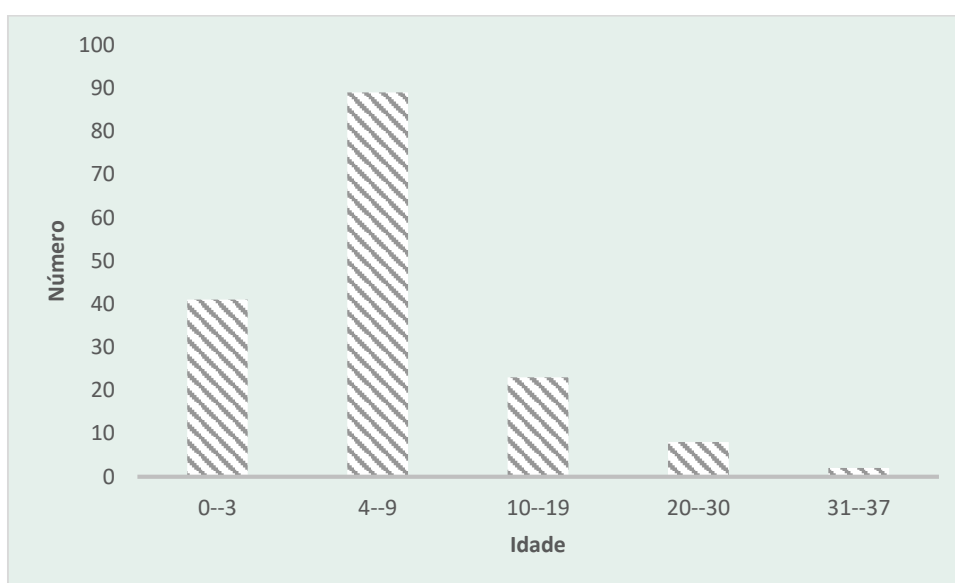
A idade da realização da prática foi registada como “desconhecida” em 61 dos 237 casos (25,7%).²

Em 17 dos 237 casos (7,2%) foi registada a idade zero. Dado até julho 2015 ser apenas possível registar valores numéricos, não se podendo excluir entre “1º ano de vida” e “desconhecido”, consideram-se apenas os valores de “0” a partir desta data, sendo contabilizados 6 casos zero, ou seja, durante o primeiro ano de vida, após o upgrade da plataforma.

Consideraram-se ainda os seguintes erros de introdução: um registo com idade atual da mulher e idade de realização da mutilação de 53 anos; outro registo com idade de realização da mutilação superior à idade atual.

Excluídas as situações ambíguas e os erros identificados, obtiveram-se resultados válidos em 163 casos (68,8% do total da amostra), com idade média da realização do procedimento de 6,6 anos, variando entre 0 e 37 anos, conforme pode ser observado no gráfico 3. Em 80% dos casos estas mutilações foram efetuadas até aos 9 anos de idade.

GRÁFICO 3 - IDADE DE REALIZAÇÃO DA MGF



Fonte: RSE- PP/2017

² A plataforma teve um upgrade em julho de 2015, a pedido dos profissionais.

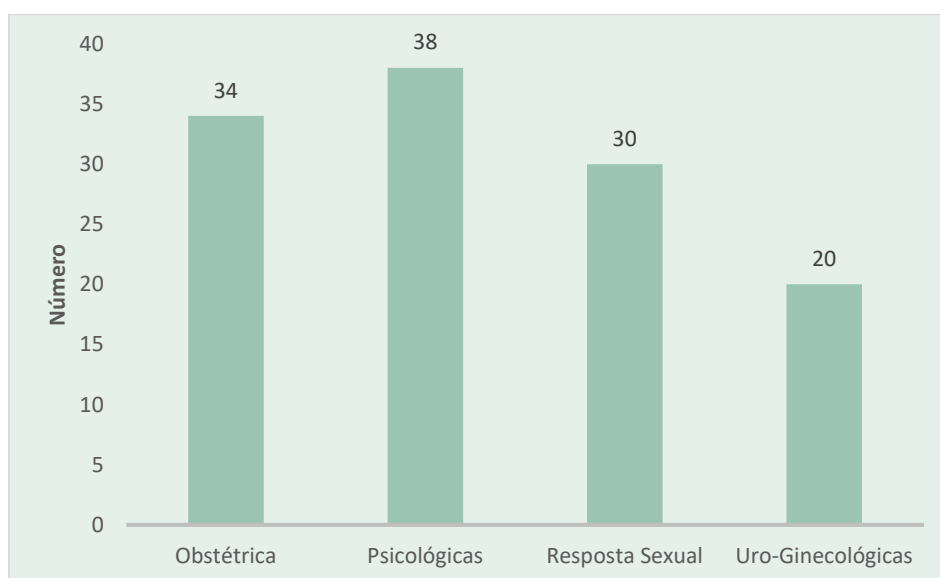
Até essa data “0” podia significar simultaneamente “desconhecido” e “até ao 1º ano de vida”. A partir dessa data foi criado um campo explícito para “desconhecido” e o “0” ficou apenas para casos de MGF realizada até ao 1º ano de idade.

Também o registo de malformações mudou na mesma altura (era obrigatório ter pelo menos uma) e permite desde então registar se há ou não há complicações associadas.

De acordo com os registos, todas estas práticas foram realizadas fora de Portugal e nenhuma durante a estadia da família em Portugal.

Foram registados 88 casos de mulheres com complicações. Em 19 casos houve duas complicações, em três casos foram registadas três complicações, e em três casos ocorreram os quatro tipos de complicações. No Gráfico 4 podem observar-se a distribuição do tipo e frequência do número total de complicações registadas (n=122).²

GRÁFICO 4 - DISTRIBUIÇÃO DO TIPO E FREQUÊNCIA DAS COMPLICAÇÕES



Fonte:RSE- PP/2017

Nota: Contagem de registos sempre que referido

Atendendo à sua gravidade procedeu-se à análise dos oito registos existentes de mutilação tipo III. De acordo com os registos este tipo de prática foi realizado na Guiné-Bissau (n=3), na Guiné (Guiné Conacri n=3) e na Somália (n=2). A mutilação genital feminina foi realizada até aos 18 anos de idade, tendo as mulheres atualmente entre 18 e 50 anos. Foram consideradas todas as complicações: psicológica, da resposta sexual, obstétricas e uro-ginecológicas.

CAPITULO III

Discussão

A monitorização contínua dos casos de mutilação genital feminina através da plataforma RSE- PP permite orientar estratégias e planejar intervenções a nível nacional.

Foi já referido neste documento que os registos são feitos com base no numero único de utente do processo clínico individual, impossibilitando repetição de dados, não sendo possível a duplicação do registo de uma mulher em diferentes instituições. Este facto tem implicações importantes: assegura o rigor dos dados obtidos a partir desta Plataforma e assegura que cada mulher não terá de repetir o relato sobre este acontecimento se for atendida em instituições diferentes. Está, no entanto, assegurada a possibilidade de rever a classificação, ficando em histórico todas as alterações produzidas.

A utilização da plataforma RSE- PP na prática clínica da abordagem a mulheres sujeitas a mutilação genital feminina funciona como um guia orientador da entrevista para os profissionais.

Entre abril de 2014 e janeiro de 2018 foram registados 237 casos de mutilação genital feminina.

A média etária reportada para a realização da mutilação foi de 6,6 anos. A idade média de realização da mutilação genital feminina mostra concordância com a literatura internacional, onde é apontado que é praticada maioritariamente até aos 10 anos de idade em qualquer destes países, e à semelhança do publicado previamente (vidé relatório de 2014). O facto de existirem registos com o campo de idade de realização da mutilação “desconhecido”, pode dever-se a esquecimento por parte da mulher devido ao período de tempo entre o próprio acontecimento e a atualidade, sobretudo em mulheres mais velhas, que foram submetidas à prática muito jovens.

Esta prática foi realizada maioritariamente na Guiné-Bissau (58,2%) e na Guiné Conacri (27,8%). Este aspeto vem reforçar a informação já conhecida, tendo em conta a distribuição das comunidades imigrantes residentes em Portugal e a prevalência estimada da MGF nesses Países. Nenhum caso aconteceu durante a estadia da família em Portugal.

O tipo de mutilação encontrada, foi em 54,4% do tipo II, em 41,4% do tipo I e em 3,4% do tipo III. Foi registado um caso do tipo IV. Mais de metade é do tipo II. Estes dados estão em consonância com as análises estatísticas internacionais, que nos remetem para percentagens muito elevadas de mutilação tipo II nos países que constam nestes registos como local de realização. Contudo, note-se que num universo de 237 casos, existem também 8 mulheres com mutilação genital feminina tipo III e 1 mulher com mutilação genital feminina tipo IV.

Foram ainda registadas complicações em 88 mulheres, sendo as complicações obstétricas e as psicológicas as mais frequentes, seguidas das complicações de resposta sexual e uro-ginecológicas. Já no que diz respeito às complicações registadas verifica-se que em menos de metade dos casos (88/237 casos) está assinalada pelo menos uma complicação. Pela consulta dos dados anonimizados não é possível verificar se estas são uma consequência direta da realização de mutilação ou se foram registadas complicações que, tendo sido observadas, não eram consequência desta.

No módulo de registo da plataforma foi introduzido um item denominado “Enquadramento legal”, com o objetivo de saber se foi ou não dado conhecimento à mulher sobre a legalidade da pratica de MGF em Portugal. Nos 237 casos de MGF registados, houve esclarecimento em 196 casos. A ideia subjacente à colheita deste dado foi: dar a conhecer à mulher os seus próprios direitos, ser orientador para o

profissional, ter carácter educativo e preventivo, pois a mulher informada poderá transmitir na comunidade as implicações desta prática.

O facto de todos os registos terem sido feitos por profissionais de unidades de saúde de Lisboa e Vale do Tejo (LVT) pode ser enquadrado, por um lado, na maior concentração de mulheres migrantes oriundas de países onde se pratica a mutilação genital feminina, por outro, na realização de diversas ações de formação e de sensibilização destinadas a profissionais de saúde nesta mesma região, não tendo havido formação noutras regiões do país. Apenas na região de LVT, existem profissionais sensibilizados para a importância dos registos quer em consulta (cuidados de saúde primários ou hospitalares), quer em internamento.

Este breve relatório disponibiliza dados importantes que contribuem para melhorar a caracterização e o conhecimento sobre esta prática (mutilação genital/corte). Fornece ainda outros dados relevantes a ela associados, como seja a morbilidade relacionada com as diversas complicações. Foi produzido com o propósito de fornecer matéria de reflexão para todos os profissionais e demais interessados no tema, trabalhando em prol de investigar, sinalizar necessidades e eliminar a prática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa. (2015). Mutilação Genital Feminina: prevalências, dinâmicas socioculturais e recomendações para a sua eliminação. Acessível em www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2015/07/Relat_Mut_Genital_Feminina_p.pdf.

European Institute for Gender Equality. (2015). Estimation of girls at risk of female genital mutilation in the European Union – Report.

European Institute for Gender Equality. (2013). Female genital mutilation in the European Union and Croatia – Report.

Programas Nacionais para a eliminação da MGF em Portugal - I Programa Para a Eliminação da MGF (2009-2010); II Programa Para a Eliminação da MGF (2011-2013) e III Programa de Ação Para a Eliminação da MGF (2014-2017).

Direção-Geral da Saúde. (2012). Orientação "Mutilação Genital Feminina". Acessível em <http://www.saudereprodutiva.dgs.pt/normas-e-orientacoes/mutilacao-genital.aspx>.

United Nations Children's Fund. (2013). Female Genital Mutilation/Cutting: A statistical overview and exploration of the dynamics of change. UNICEF. New York. Acessível em https://www.unicef.org/publications/index_69875.html

WHO. Care of girls and women living with female genital mutilation. *A clinical handbook*. 2018. Acessível em <http://www.who.int/reproductivehealth/publications/health-care-girls-women-living-with-FGM/en/>

WHO Guidelines on the management of health complications from female genital mutilation, 2016. Acessível em <http://www.who.int/reproductivehealth/topics/fgm/management-health-complications-fgm/en/>

Population Reference Bureau. (2010). Female Genital Mutilation/ Cutting: Data and Trends. Acessível em <https://www.prb.org/fgm2010/>

Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. (2016). Mutilação Genital Feminina. Manual de procedimentos para Comissões de Proteção de Crianças e Jovens – Colaborar ativamente na prevenção e eliminação da Mutilação Genital Feminina.

Escola de Polícia Judiciária. (2012), atualizado em nov. 2015. Mutilação Genital Feminina, Guia de Procedimentos para Órgãos de Polícia Criminal.

Para informação sobre o tema podem ser consultados:

www.saudereprodutiva.dgs.pt .

www.spms.min-saude.pt.

www.cig.gov.pt.

www.eige.europa.eu.

www.who.int/topics/female_genital_mutilation/en/

www.gams.be



Alameda D. Afonso Henriques, 45
1049-005 Lisboa – Portugal
Tel.: +351 218 430 500
Fax: +351 218 430 530
E-mail: geral@dgs.min-saude.pt
www.dgs.pt